Capítulo 71

Movimentos sociais e nacionalidades: a unificação italiana e a alemã

As unificações italiana e alemã alteraram profundamente o quadro político da Europa no século XIX, rearticulando um equilíbrio de forças que resultaria na I Guerra Mundial (1914-1918). Na base desses processos estavam os movimentos liberais, acentuadamente nacionalistas nestes países.

1. As condições na Itália

Com as transformações econômicas e sociais que atingiram a Europa no século XIX, o norte da Península Itálica se desenvolveu. A industrialização impulsionou o comércio e as cidades explodiram. Criou-se uma infra-estrutura ferroviária.

A alta burguesia queria a unificação, que garantiria o progresso e lhe daria possibilidades de concorrer no mercado externo. Para ela, a unificação tinha significado apenas liberal; o nacionalismo não passou de instrumento. Seus objetivos se resumiam no movimento chamado *Risorgimento*.

A média burguesia, aliada ao proletariado urbano, desejava um Estado que adotasse medidas econômicas e sociais de tendência democrática. Preferia uma unificação em termos republicanos, enquanto a alta burguesia queria unificar o mais fácil e rápido possível, em torno do reino mais forte da Itália: Piemonte-Sardenha.

A luta contra a Áustria

Após o Congresso de Viena, a Itália ficou sob tutela do Império Austríaco, dividida em sete Estados: ao *norte*, Reino do Piemonte-Sardenha; Parma; Módena e Toscana; Reino Lombardo-Veneziano; ao *centro*, o Estado Pontifício, sob domínio do papa; e ao *sul*, Reino das Duas Sicílias.

Em 1848, o rei Carlos Alberto do Piemonte-Sardenha tentou a unificação e declarou guerra à Áustria. O movimento *Jovem Itália* estimulava o nacionalismo, completado pelo Risorgimento; a finalidade era reviver o espírito da Renascença e do Império Romano. Vencido, o rei deixou o trono para seu filho Vítor Emanuel II. Outras rebeliões foram sufocadas, mas o ideal de unificação continuou mais forte que nunca.

Em 1852, o ministro Cavour, do Piemonte, tomou a seu cargo a unificação; queria fazê-la por intermédio da casa de Savóia, mas precisava de aliado forte para expulsar os austríacos. Por isso, enviou tropas italianas à Guerra da Criméia, que opunha Rússia contra França e Inglaterra (1854-1856); ganhou o direito de tomar parte no Congresso de Paris, onde se discutiu o problema da unificação italiana.

Em 1859, Cavour e Napoleão III se encontraram secretamente e fizeram um acordo: Napoleão apoiaria o Piemonte contra a Áustria e receberia os condados da Savóia e de Nice; o Piemonte receberia a Lombardia-Veneza, pertencente à Áustria. A guerra começou. Franceses e sardo-piemonteses tiveram vitórias na Lombardia, mas a mobilização da Prússia e a reação dos católicos franceses amedrontaram Napoleão, que assinou a paz com a Áustria. O Piemonte recebeu a Lombardia, mas a Áustria conservou Veneza. Nesse tratado ficou combinada a formação de uma confederação dos Estados italianos sob a presidência do papa, o que contrariava os objetivos de Cavour.

As campanhas militares de 1859 repercutiram em toda a Itália. Toscana, Parma, Módena e Romagna, Estados pertencentes ao papa, se revoltaram, querendo unir-se ao Piemonte. Napoleão III concordou, desde que a França recebesse Savóia e Nice. Os dois condados, em plebiscito em 1860, aprovaram a passagem para a França quase por unanimidade. Com a conivência de Cavour, Garibaldi e alguns voluntários se apossaram da Sicília e, na volta, passaram por Nápoles e puseram em fuga o rei Francisco II. As tropas do Piemonte invadiram os Estados papais, únicos do centro da Itália ainda não integrados.

Garibaldi, republicano, opunha-se à casa de Savóia, pois daria ao país um regime monárquico. Para não atrapalhar a unificação, afastou-se da vida pública temporariamente. Quando Cavour morreu em 1861, o Piemonte já dominava quase toda a Itália. Vítor Emanuel II declarou-se rei e

transferiu a capital para Florença. Para completar a unificação, faltava só a adesão dos restantes Estados papais e de Veneza.

A conquista de Veneza foi possível graças à guerra entre Áustria e Prússia, à qual os italianos se aliaram. Vencida, a Áustria pediu o arbitramento de Napoleão III. Veneza passou à Itália após um plebiscito. A Áustria ainda conservaria Trento e Trieste até a I Guerra Mundial.

O problema com os Estados papais era mais difícil. Roma sempre havia sido capital da Itália. Mas o papa se recusava a entregar a cidade, garantia da independência da Igreja, e também a reconhecer a autoridade de Vítor Emanuel II. Garibaldi tentou tomar Roma, mas Napoleão III enviou uma guarnição para proteger o papa: tomar Roma pela força equivaleria a declarar guerra à França. Mas em 1870, os prussianos invadiram e venceram a França; os italianos então tomaram Roma e ocuparam o resto dos Estados pontifícios. Em 1871, Vítor Emanuel ofereceu ao papa as leis de garantia, mas Pio IX considerou-se prisioneiro no Vaticano e recusou qualquer conciliação. A questão romana só se resolveu em 1929 pelo *Tratado de Latrão*, entre Mussolini e Pio XI, que criou o Estado do Vaticano, com quase cinco quilômetros quadrados de superfície.

2. As condições na Alemanha

O principal fator da unificação alemã foi o desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, especialmente da Prússia. A Áustria, que havia impedido a unificação tentada pela Prússia em 1850, não conseguiu impedir o progresso de seus Estados, alcançado graças ao *Zollverein*, a liga aduaneira adotada em 1834. De 1860 a 1870, distritos industriais e centros urbanos surgiram em várias regiões; as estradas de ferro passaram de 2 000 para 11 000 quilômetros; as minas de carvão e ferro permitiram o crescimento das indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e mecânicas. Formava-se o complexo industrial alemão. Percebendo a ameaça a seu poder, a Áustria tentou em vão fazer parte do Zollverein.

Na Prússia, a burguesia tentou controlar as despesas reais, criando um conflito político que durou até 1861, quando o rei Guilherme I convidou Bismarck para ministro. Ele era antiliberal, pró-monarquia e contra o poder da burguesia, mas devotado à causa da unificação.

Bismarck achava que a unidade alemã deveria ser obtida pela força, através de uma luta contra a Áustria. Por isso, organizou militarmente o Reino da Prússia. Os burgueses se negaram a aprovar o aumento do tempo de serviço militar obrigatório e a elevação dos impostos, para financiar mais contingentes militares. Com aprovação apenas da Câmara dos Nobres, Bismarck passou a governar despoticamente e transformou o exército em instrumento da unificação alemã. Explorando os desacertos internacionais, venceu por etapas a Dinamarca, a Áustria e, finalmente, a França.

Guerras contra Dinamarca e Áustria

Schleswig e Holstein, de população germânica predominante, viviam sob domínio da Dinamarca. Os príncipes dos dois ducados quiseram tornar-se independentes quando o rei dinamarquês Cristiano IX morreu, em 1863. A Prússia, aliada à Áustria, apoiou os príncipes e venceu a Dinamarca. Mas Bismarck adiou a entrega de um dos ducados à Áustria. Queria com isso provocá-la. Já tinha garantido a neutralidade da França e o apoio da Itália. Venceu os austríacos facilmente na batalha de Sadowa, pois eles tiveram de sustentar duas frentes de combate, uma na Itália e outra na própria Áustria. Os austríacos assinaram a paz e aceitaram a dissolução da Confederação Germânica e a passagem de Schleswig e Holstein para a Prússia e de Veneza para a Itália.

O caminho para a centralização do norte alemão estava aberto. A Prússia anexou outros territórios, e novos Estados germânicos se uniram a ela, formando a *Confederação Germânica do Norte* (1867).

Guerra contra a França

No começo da guerra entre Áustria e Prússia, Napoleão III manteve-se conivente com Bismarck, achando que a luta se arrastaria e lhe traria vantagens. A vitória prussiana foi desagradável: a unificação da Alemanha constituía ameaça direta à hegemonia da França na Europa. Seu exército tinha sido desorganizado por uma expedição ao México (1862-1867). Tentando resguardar um pouco de autoridade, Napoleão exigiu da Prússia que os Estados germânicos do sul, de grande influência francesa, não se unissem aos do norte.

Bismarck usou a exigência para pôr os alemães contra os franceses, que ele considerava inimigos tradicionais. Napoleão irritaria ainda mais os alemães ao exigir a posse de Luxemburgo e os territórios bávaros a oeste do Reno. Além disso, pedia apoio prussiano para dominar a Bélgica, sob influência inglesa.

As cartas estavam postas na mesa: Bismarck queria declarar guerra à França, pois isso ajudaria a unificação alemã, já que o inimigo estava isolado e mal armado; a Inglaterra soube do interesse francês na Bélgica; a Áustria, vencida, estava com problemas internos; a Itália agora se voltava contra a França, que depois de ajudá-la havia apoiado o papa e impedido a tomada de Roma. Só faltava um incidente para começar a guerra.

O pretexto surgiu em 1870. Uma revolução deixou vago o trono espanhol. A sucessão foi oferecida a Leopoldo Hohenzollern, príncipe parente do rei da Prússia. Napoleão exigiu a retirada de tal candidatura e a promessa de Guilherme I de que nenhum outro príncipe germânico ocuparia o trono da Espanha. O rei passou a Bismarck um telegrama a ser encaminhado a Napoleão III. Bismarck mudou o texto de modo a parecer insultuoso ao povo francês. Os jornais alemães o publicaram. E a França declarou guerra à Prússia. Para a família imperial francesa, a guerra significava prestígio que facilitaria a condução dos assuntos internos.

O exército alemão era mais numeroso, mais bem comandado e instruído. A superioridade se materializava no domínio da artilharia, com canhões Krupp. A excelente rede ferroviária facilitava o deslocamento das tropas.

A vitória prussiana foi fulminante. Seu exército cercou o francês, comandado pelo general Bazaine, em Metz. Napoleão e o general Mac-Mahon partiram em socorro e foram cercados em Sedan. O imperador foi preso e capitulou em 1º de setembro de 1870.

Enquanto isso, em Paris, os republicanos punham fim ao Império, em 4 de setembro. Proclamaram a República e organizaram um governo de defesa nacional, para iniciar a resistência, confiada a Léon Gambetta. Em 20 de setembro, os alemães cercaram Paris. Gambetta deixou a cidade num balão, para organizar três exércitos nas províncias. Sem forças, sob bombardeios constantes, o governo francês assinou o armistício em 28 de janeiro de 1871.

Pelo *Tratado de Frankfurt*, a França cedia a Alsácia (menos Belfort, onde a resistência havia sido heróica) e o norte da Lorena, com a cidade de Metz, e ainda se comprometia a pagar indenização de 5 bilhões de francos. Os franceses não puderam evitar a humilhação de ver o Império Alemão ser proclamado na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, quando Guilherme I recebeu o título de imperador pela aclamação dos príncipes alemães.

A unificação da Alemanha se completava mas, ao tripudiar sobre os vencidos, os vencedores de então iriam alimentar no sentimento nacional francês um forte espírito de revanche.

Questões propostas

1. Por que a alta burguesia queria a unificação italiana?

2. Em que diferiam os interesses da alta e os da média burguesia e do proletariado urbano quanto à unificação italiana?

3. Resuma a primeira tentativa de unificação italiana. Qual era então a condição da Itália do ponto de vista da política européia?

4. Relate a ação unificadora de Cavour, o ministro do Piemonte.

5. Que papel exerceu Garibaldi no processo de unificação? Qual era a situação quando Cavour morreu, em 1861? Quando se completou a unificação?

6. Qual o principal fator da unificação alemã?

7. Resuma o papel de Bismarck na unificação alemã.

8. Que conseqüências trouxe a vitória alemã para a França de Napoleão III?